PREFEITURA DE [illegible] Fls. 224 Rubrica COMISSÃO DE LICITAÇÃO

POLÍTICA

Observatório. O ministro da Justiça, Flávio Dino (PSB), disse ontem (16) que vai criar um observatório em sua pasta que terá como objetivo acompanhar ações relacionadas a violência política de gênero em Ministérios Públicos Estaduais, delegacias, defensorias e partidos políticos.

MACÁRIO BATISTA

POLÍTICA

Presidente deu sinal verde para nomeações após ser alertado por Arthur Lira de que o não atendimento aos aliados pode levar a derrotas significativas no Legislativo

Uma semana depois de manter o ministro das Comunicações, Juscelino Filho, o governo decidiu liberar cargos de segundo escalão para conseguir apoio em votações no Congresso e barrar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos atos golpistas de 8 de janeiro. A lista beneficia o União Brasil, partido de Juscelino, que terá diretorias dos Correios, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs). O União Brasil também ficará com as presidências da Telebrás e da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), entre outros postos estratégicos. As empresas e repartições "loteadas" se envolveram em escândalos de corrupção ao longo de vários governos. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu sinal verde para as nomeações após ter sido alertado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), de que a demora em atender os aliados poderia fazer o início de seu terceiro mandato começar mal, com derrotas significativas no Congresso. Além do "pacote" para o União Brasil, o governo destravará, a partir desta semana, cargos prometidos para o MDB, que terá uma diretoria do Banco do Nordeste (BNB), uma vice-presidência da Caixa e quatro secretarias do Ministério das Cidades. A pasta já é comandada pelo partido, que também controla Transportes e Planejamento.

Frase: "Melhor escapar fedendo que morrer cheiroso". *Falcão, arquiteto e compositor.*

FOTO DIVULGAÇÃO

Adiantando a carreira. Lula planejava liberar os cargos apenas após deputados e senadores retirarem as assinaturas que permitem a instalação da CPMI dos atos golpistas, mas resolveu acelerar o "loteamento". Dos 59 deputados do União Brasil na Câmara, 28 subscreveram o requerimento pedindo a abertura da comissão. "Somos contra essa CPMI porque a extrema direita bolsonarista quer fazer do Congresso um cercadinho de fake news e dizer que havia infiltrados na tentativa de golpe", afirmou o vice-líder do governo na Câmara, Rogério Correia (PT-MG). "Nós estamos achando que o PT tem algo a esconder", devolveu o deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), da Frente Parlamentar Evangélica. Para tirar o foco do Planalto, o governo orientou aliados a apoiar outras CPIs, como a que pretende investigar denúncias de fraude de R$ 20 bilhões nas contas das Americanas, proposta pelo líder do PP, deputado André Fufuca (MA). O próprio Correia é autor de requerimento que pede a apuração da entrada irregular de jóias trazidas da Arábia Saudita para o então presidente Jair Bolsonaro e a primeira-dama Michelle.

Sem teste

Até agora, o Palácio do Planalto não passou pelo teste do plenário no Congresso e, nas contas de Lira, terá dificuldades para aprovar projetos importantes na economia, como a nova âncora fiscal e a reforma tributária. Para piorar o quadro, há uma queda de braço entre Lira e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que não se entendem sobre o rito de tramitação das medidas provisórias. Onze MPs enviadas pelo governo ao Legislativo estão à espera de votação. Não foi à toa que Lula segurou Juscelino – apesar de denúncias que pesam contra ele, reveladas pelo Estadão – no mesmo dia em que o presidente da Câmara fez duro diagnóstico sobre a articulação política do Planalto, em palestra na Associação Comercial de São Paulo. Ao falar sobre a expectativa de aprovação da reforma tributária, Lira afirmou que o governo não tinha base consistente nem na Câmara, nem no Senado. Em jantar com o presidente, na última quinta-feira, Lira foi além e disse que a situação caminhava para uma crise porque, na ponta do lápis, o Planalto não contava com apoio nem de 200 deputados, de um total de 513. Ele também reclamou das críticas dirigidas ao Centrão pela presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR). Gleisi declarou que o União Brasil não estava fazendo "entregas" ao governo, defendeu o afastamento de Juscelino e avisou que o *Centrão* não teria "porteira fechada" na *equipe* de Lula. No jargão político, "porteira fechada" significa dar a um mesmo partido autonomia para nomear todos os cargos da estrutura que comanda. A conversa de Lira com o presidente ocorreu na casa do ministro da Secretaria de Comunicação Social, Paulo Pimenta, e contou com a presença do titular de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, além de líderes do governo, como nosso Zé Guimarães. *(Com o Estado)*

Mais informações de Macário Batista:
e-mail: macariobatista@uol.com.br

macariobatista.blogspot.com

DF: Ibaneis reassume e diz que 8/1 ocorreu por 'apagão geral'

Ele foi afastado por Alexandre de Moraes após as invasões golpistas de janeiro. Segundo Ibaneis, houve um "apagão geral" e conjunto de erros

FOTO MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

O governador Ibaneis Rocha (MDB) reassumiu o cargo em cerimônia nesta quinta-feira (16)

Os ataques golpistas de 8 de janeiro em Brasília foram o resultado de um "apagão geral", avaliou o governador do DF, Ibaneis Rocha (MDB), que retornou ao cargo nesta quinta-feira (16). Ele havia sido afastado do cargo no dia seguinte ao vandalismo.

"O apagão não foi de graça. Alguma coisa aconteceu para que tivesse", acrescentou após ser questionado sobre o assunto. "Foi um conjunto [de erros]. Tivemos falhas da Polícia Militar do DF, do batalhão do exército, tivemos diversas falhas em conjunto. Tenho certeza que isso a investigação vai apurar", disse. Ibaneis afirmou ainda que foi aconselhado a não nomear o ex-ministro da Justiça Anderson Torres para a Secretaria de Segurança Pública do DF, mas apontou que na época, ele "era pessoa da minha inteira confiança e confiei de que as coisas iriam transcorrer na maior tranquilidade".

Torres foi secretário de Segurança Pública durante parte do primeiro mandato de Ibaneis à frente do DF e deixou o cargo para se tornar ministro da Justiça do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Ele está atualmente preso por causa da investigação que apura o que ocorreu em 8 de janeiro.

Uma operação de busca e apreensão na sua casa encontrou a minuta de um decreto que dava um golpe nas eleições do ano passado, na qual Bolsonaro perdeu para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Questionado sobre a descoberta do documento, Ibaneis disse que não conseguia explicar e que isso cabia a Torres. "Aquele documento revela que na cabeça de alguém, não sei de quem, havia a intenção de dar um golpe no Brasil", pontuou. O governador disse ainda que Torres "goza, gozava" da sua confiança. "Tinha intimidade com ele, posso dizer isso de forma categórica, e enquanto foi ministro da Justiça sempre me atendeu. Entendi que ele seria uma boa pessoa para o governo do DF".

Ele evitou responsabilizar o ex-auxiliar pelo que aconteceu no início de janeiro no Distrito Federal. "O que aconteceu foi imprevisível. Na minha visão, não foi culpa do Anderson", avaliou. Um pouco depois, ele afirmou que o plano de segurança montado para a ocasião estava "extremamente bem montado".

O governador também defendeu a própria atuação no dia. "Naquele momento, eu tinha contato com o secretário de Segurança em exercício [o delegado Fernando de Souza Oliveira]. A mensagem que ele me passava em todo momento era de que as coisas estavam tranquilas e eu transmitia essas mensagens", disse. "Você recebe informes do seu secretário de Segurança dizendo que está tudo tranquilo, o que eu ia fazer?", continuou.

Rocha ressaltou ainda que "por duas vezes tentamos tirar os manifestantes da porta do quartel-general do Exército e nas duas vezes fomos impedidos pelo Comando do Exército. Sabíamos que aquilo era um barril de pólvora".

Posse

Ibaneis chegou no evento no qual foi reempossado no cargo na companhia do secretário de Segurança Pública, Sandro Avelar, nomeado pela vice-governadora Celina Leão (PP) após o fim da intervenção federal na segurança pública do DF enquanto era governadora. Pouco depois, Leão chegou e se postou ao lado de Ibaneis, que a elogiou. "Fiquei 64 dias afastado e última vez que tinha encontrado Celina foi no dia 9 [de janeiro] quando fui afastado. Ela governou essa cidade com a consciência que estava fazendo o melhor para o DF", disse.

No discurso, Ibaneis afirmou não guardar mágoas nem rancor por ter sido afastado e que Moraes fez o certo ao tomar a decisão. "Afastamento foi necessário, vivemos momentos de muita dificuldade. A invasão dos prédios foi significativa para a história desse país. Eu tenho todo o respeito por todas as autoridades, por tudo que aconteceu. Recebi meu afastamento pelas mãos do Moraes com todo o respeito, paciência".

O político do MDB foi afastado do cargo pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. A decisão inicial previa um afastamento de 90 dias, mas foi abreviada por decisão do ministro após ele concluir que não haveria riscos para as investigações com a sua volta ao cargo.

MAIS CONTEÚDO ACESSE www.oestadoce.com.br

Prefeitura Municipal de Icó - Aviso de Adiamento Pregão Eletrônico nº 04/2023-PE. O Pregoeiro torna público que a licitação, do tipo menor preço por Lote, cujo objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telecomunicações, operação e manutenção, com [illegible] e fornecimento de links e acesso de internet banda larga [illegible] com fornecimento de equipamentos, cabos e demais materiais necessários, em comodato, devendo estar disponível 24(vinte e quatro) horas por dia durante os 07 (sete) dias da semana, para atender as necessidades das diversas secretarias do município, [illegible] Início do recebimento das propostas: das 08h do dia 06/03/2023. Fim do recebimento de propostas: às 08h do dia 17/03/2023. Abertura e julgamento das propostas: das 08:01h às 08:59h do dia 17/03/2023 e início da sessão de disputa de preços: às 09h do dia 17/03/2023 passaram para as seguintes datas. Início do recebimento das propostas: das 08h do dia 20/03/2023; Fim do recebimento de propostas: às 08h do dia 30/03/2023; Abertura e julgamento das propostas: das 08:01h às 08:59h do dia 30/03/2023 e início da sessão de disputa de preços: às 09h do dia 30/03/2023 em virtude da necessidade de alterações no edital, conforme adenda, maiores informações na sala da Comissão de Licitação, situada na Rua Francisco Alves de Morais, s/n, 1º andar, Centro, Icó/CE, das 07:30h às 11:30h e no endereço eletrônico www.bll.org.br -"Acesso Identificado no link - acesso público" e no portal de licitações www.tce.ce.gov.br. Pedro Barbosa de Lima.

Prefeitura Municipal de Ocara - Aviso de Licitação Pregão Eletrônico nº 08.003/2023-PERP. O Pregoeiro, torna público que se encontra à disposição dos interessados, a licitação, do tipo menor preço por lote, cujo objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais gráficos, para atender as necessidades da Secretaria de Educação de Ocara/CE. Datas e Horários: 1. Início do recebimento das propostas: das 09h do dia 17/03/2023; 2. Fim do recebimento de propostas: às 08h do dia 30/03/2023; 3. Abertura e Julgamento das propostas: das 08:01h às 08:59h do dia 30/03/2023; 4. Início da sessão de disputa de preços: às 09h do dia 30/03/2023, maiores informações na sala da Comissão de Licitação, situada a Trav. José Jorge Matias, s/n, 1º andar, Campo Velho, Ocara/CE, das 07:30 às 11:30 e no site www.bbmnet.com.br. José Ivan de Paiva Júnior

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, CNPJ. 07.121.494/0011-63. Torna público que requereu da Autarquia Municipal de Meio Ambiente de Quixeramobim a Licença Ambiental Única - LAU para Construção Civil: Edificação do Sebrae, na Rua [illegible] Leão, Nº 430, Bairro Centro. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de licenciamento da AMAQUI.

Alex III Energia SPE S.A.

CNPJ/MF nº 30.587.591/0001-44

Balanço Patrimonial – 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	2022	2021	Passivo	2022	2021
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.106	2.509	Contas a pagar	877	2.774
Contas a receber	2.149	5.064	Empréstimos e financiamentos	1.805	2.378
Impostos a recuperar	63	3	Impostos e contribuições a recolher	629	250
Despesas antecipadas	278	319	Dividendos a pagar	2.404	780
Mútuos a receber	–	7.955	Total do passivo circulante	5.651	6.132
Outros	1	1	Não circulante		
Total do ativo circulante	3.597	15.851	Empréstimos e financiamentos	47.164	48.957
			Provisão para desmobilização	1.919	1.790
Não circulante			Total do passivo não circulante	49.083	50.747
			Patrimônio líquido		
Depósitos restituíveis e valores vinculados	1.096	976	Capital social	58.528	80.433
Imobilizado	116.441	122.379	Reservas de lucros	7.872	1.894
Total do ativo não circulante	117.537	123.355	Total do patrimônio líquido	66.400	82.327
Total do ativo	121.134	139.206	Total do passivo e do patrimônio líquido	121.134	139.206

Demonstração dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021		2022	2021
Receita operacional líquida	24.380	8.829	Resultado financeiro		
Custo de geração de energia	(8.967)	(2.299)	Receitas financeiras	883	137
Lucro bruto	15.413	6.530	Despesas financeiras	(4.980)	(3.755)
Despesas operacionais				(4.097)	(3.618)
Gerais e administrativas	(134)	(68)	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	11.093	2.807
Outras despesas operacionais	(89)	(37)	Imposto de renda e contribuição social		
	(223)	(105)	Corrente	(951)	(344)
				(951)	(344)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	15.190	6.425	Lucro líquido do exercício	10.142	2.463

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Capital a integralizar	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total patrimônio líquido	Recursos destinados a aumento de capital	Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	69.041	(22.092)	16	223	-	47.188		47.188
Aumento do capital social	8.734			-		8.734	-	8.734
Redução de capital social	(5.957)			-	-	(5.957)		(5.957)
Integralização do capital social	-	22.092			-	22.092	-	22.092
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	8.615	8.615
Aumento de capital via capitalização de AFAC	8.615	-	-	-	-	8.615	(8.615)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.463	2.463	-	2.463
Constituição de reserva legal	-	-	123	-	(123)		-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-		(585)	(585)	-	(585)
Dividendos complementares	-	-	-	(223)	-	(223)	-	(223)
Constituição de reserva de lucros				1.755		(1.755)		-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	80.433	-	139	1.755	-	82.327		82.327
Redução de capital social	(21.905)	-	-	-	-	(21.905)	-	(21.905)
Dividendos complementares	-	-	-	(1.755)		(1.755)	-	(1.755)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	10.142	10.142	-	10.142
Constituição de reserva legal	-	-	507	-	(507)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(2.409)	(2.409)	-	(2.409)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	7.226	(7.226)	-		-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	58.528	-	646	7.226	-	66.400	-	66.400

Demonstração dos Resultados Abrangentes – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	10.142	2.463
Outros resultados abrangentes		
Outros resultados abrangentes líquidos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	10.142	2.463

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2022	2021
Lucro líquido do exercício	10.142	2.463
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa		
Depreciação do ativo imobilizado	5.909	3.241
Encargos financeiros, líquidos	3.822	2.880
Atualização de provisão para desmobilização	129	-
Perda com instrumentos financeiros	-	726
Baixa de imobilizado	364	
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Contas a receber	2.915	(5.064)
Impostos a recuperar	(60)	2
Despesas antecipadas	41	(230)
Outros	-	1
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Contas a pagar	(2.047)	(20.877)
Impostos e contribuições a recolher	78	209
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	20.956	(18.507)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Depósitos restituíveis e valores vinculados	(120)	(781)
Liberação de recursos para partes relacionadas	-	(13.394)
Recebimento do principal – operação de mútuo	7.955	5.439
Aquisição de bens para o ativo imobilizado		(53.904)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	7.835	(62.640)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	127	40.183
Pagamento de empréstimos e financiamentos – empréstimo	(728)	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos – juros	(5.437)	(2.763)
Aumento de capital	-	39.441
Redução de capital	(21.905)	(5.957)
Dividendos pagos	(2.290)	(102)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(30.193)	70.802
Redução líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(1.403)	(10.445)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.509	12.954
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.106	2.509
Variação líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(1.403)	(10.445)
Informações complementares		
Valores pagos de IR	544	82
Valores pagos de CS	302	63
Adição de imobilizado sem efeito caixa	-	3.151

Erica Moraes da Costa Lisboa Ferreira Contador – CRC: RJ-119036-O
Kleber Ribeiro Generoso Diretor – CPF: 158.813.656-81
Carlos Gustavo Nogari Andrioli Diretor – CPF: 061.403.379-68
Hamilton Ferreira da Silva Controller – CRC: 1SP-217725/O-5

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer do auditor externo, sem ressalvas, encontram-se no site [illegible] e na sede da Companhia.